FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 09/03/2023 - 05:59

Governo deve ampliar prazo de adaptação ao marco de saneamento

Empresa municipal de saneamento deve ganhar tempo para se adaptar a marco

Regra atual impede uso de recursos da União caso companhias deixem de se regionalizar até o dia 31

SANEAMENTO NO BRASIL

Lucas Marchesini
e Thiago Resende

BRASÍLIA O governo deve estender o prazo para empresas municipais de saneamento cumprirem regras do marco do setor, instituído em 2020. Com a mudança, elas terão mais tempo para promover a chamada regionalização — quando passam a participar de uma estrutura que atende a mais de uma cidade.

A regionalização foi prevista com o objetivo de contribuir para dar mais viabilidade aos investimentos, em razão do ganho de escala das operações.

De acordo com especialistas, a regionalização é positiva porque permite operações maiores e, assim, redução de custos. Além disso, torna possível a municípios cujas licitações sozinhas não são atraentes se juntar a outros mais rentáveis — promovendo a ampliação da prestação do serviço.

O marco não estabelece como a regionalização deve ocorrer, mas alguns caminhos possíveis são a extinção dos serviços municipais e a criação de uma licitação conjunta para um grupo de cidades (caso de Alagoas) ou a criação de uma estrutura de governança única detida pelas empresas municipais. Ainda é possível que as empresas se fundam.

O marco do saneamento determinou que a alocação de verbas federais ou a concessão de empréstimos com recursos da União ficam condicionados à existência de uma prestação de serviço regionalizada. Por isso, as companhias municipais ficam impedidas de contratar financiamentos com recursos da União após 31 de março caso não tenham promovido a regionalização. A expectativa é que a prorrogação desse prazo seja anunciada neste mês.

Decantador em estação de tratamento na Barra na Tijuca, no Rio Eduardo Anizelli - 20.dez.22/Folhapress

A alteração é apoiada pelas empresas do ramo e agrada a integrantes do governo, que querem dar plenas condições para que companhias municipais também possam continuar operando diante do novo marco legal.

"Caso [as empresas não regionalizadas] deixem de investir por causa dessa regra, a meta de 2033 será uma miragem", diz o secretário-executivo da Assemae (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento), Francisco Lopes.

O marco legal do saneamento, sancionado em 2020, definiu 2033 como meta para a sua universalização — ou seja, fornecer água para 99% da população e coleta e tratamento de esgoto para 90%.

De acordo com Lopes, as discussões apontam 2026 como novo prazo para a regionalização. Os serviços municipais de saneamento representam um quarto do setor, que tem também empresas estaduais e privadas.

A maior empresa municipal de saneamento do Brasil é a Sanasa, de Campinas (SP). O presidente da companhia, Manuelito Magalhães, diz que o principal entrave para a regionalização é que os mandatários locais não querem abrir mão de operar o serviço em seu município, o que acaba acontecendo com a regionalização.

Isso foi observado em parte de Alagoas, estado que tem uma experiência considerada bem-sucedida de regionalização — com 85 dos 102 municípios aderindo ao mecanismo. "Por questões políticas locais, acabou não tendo todos", diz George Santoro, secretário de Fazenda do estado.

Antes da regionalização, 70% dos municípios que aderiram ao processo tinham a empresa estadual como prestadora, e 30% tinham serviços próprios. Eles foram aglutinados em três blocos, licitados em 2020 e 2021. Três companhias diferentes venceram os certames, que ficaram responsáveis por todas as cidades.

Os investimentos esperados são de R$ 7 bilhões. A empresa estadual ficou apenas com o fornecimento de água.

A Sanasa, de Campinas, chegou a participar de discussões com o governo de São Paulo para se regionalizar também, mas as discussões não avançaram. Agora, a ideia é modelar blocos menores.

Apesar do consenso quanto ao maior prazo para a regionalização, o governo, empresas municipais, estaduais e privadas divergem em outras questões sensíveis.

A principal delas diz respeito aos cerca de 420 contratos entre empresas estaduais e municípios que venceram sem que o serviço deixasse de ser prestado. Nesses casos, a lei atual prevê que uma licitação seja feita. A empresa estadual que presta o serviço pode participar do certame e deverá apresentar condições melhores do que as concorrentes para continuar com o serviço.

As empresas estaduais, no entanto, querem continuar a prestar o serviço mesmo sem licitação — o que é criticado pelas empresas privadas do setor. Procurada, a Aesbe (Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento) não quis dar entrevista.

Entenda a regionalização

O que exige a lei?
O marco do saneamento determinou que a alocação de verbas federais ou a concessão de empréstimos com recursos da União ao setor ficam condicionadas à existência de uma prestação de serviço regionalizada

O que é regionalização?
A regionalização é alcançada quando a prestação de serviço é feita em mais de um município. Ela pode ocorrer sob três modalidades

1 Região metropolitana, unidade de aglomeração urbana ou microrregião (instituída pelos estados para municípios limítrofes mediante lei complementar)

2 Unidade regional de saneamento básico (instituída pelos estados por lei ordinária, constituída pelo agrupamento de municípios não necessariamente limítrofes)

3 Bloco de referência (agrupamento de municípios não necessariamente limítrofes, criado por meio de gestão associada voluntária)

Qual o prazo atual para a regionalização?
31 de março nos casos em que não houve regionalização (desde que obedecidas determinadas condições)

Leonardo Picciani é novo secretário da área no governo Lula

BRASÍLIA O ex-deputado federal Leonardo Picciani (MDB-RJ) será o novo secretário de Saneamento do Ministério das Cidades do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Picciani é presidente do diretório estadual do Rio do MDB, tentou se eleger no ano passado para a Câmara dos Deputados e obteve 38.665 votos, o que não foi suficiente.

Ele integrou a ala do partido que, desde o primeiro turno, defendeu que o partido apoiasse a candidatura de Lula na eleição presidencial do ano passado. Participou de uma reunião com lideranças emedebistas e o petista em São Paulo, em julho.

O novo secretário já foi ministro dos Esportes do governo de Michel Temer.

Ele era aliado de Dilma Rousseff (PT) e fez resistência aos movimentos de Eduardo Cunha (MDB-RJ), então presidente da Câmara e principal articulador da saída da então mandatária. Picciani foi líder do partido no ano do afastamento, e chegou ao posto com apoio do governo petista, em fevereiro de 2016.

Marianna Holanda

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 18

Copyright © Clipclap 2025.